



RELATÓRIO e CONTAS **2012**



ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	3
2.	ÁREAS E EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE	6
3.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	12
4.	PERSPECTIVAS FUTURAS.....	15
5.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	16
6.	BALANÇO	17
7.	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	18
8.	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	19
9.	DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO.....	20
10.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	21
11.	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	34
12.	RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	35

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** enquadra-se no regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais [Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto]. Rege-se, também, pelos seus Estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do sector empresarial do Estado, pelo Estatuto do Gestor Público e pelas normas aplicáveis às sociedades comerciais.

A **VITRUS** assume, por delegação de competências do município, a gestão de serviços de interesse geral nas seguintes áreas: 1) Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública, nomeadamente na recolha e transporte a destino final de RSU' e limpeza de instalações e de espaços públicos; 2) Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano, em particular nos parques públicos e zonas de estacionamento de duração limitada [ZEDL]. Actua no âmbito geográfico do concelho de Guimarães, cuja cobertura territorial tem vindo a registar um crescimento significativo e sustentável, desde a sua criação e início de actividade.

Identificação

VITRUS AMBIENTE, EMPRESA MUNICIPAL, SOCIEDADE ANONIMA

Sede Social

Praça Colónia de Sacramento, nr. 196 – Costa
4810-556 Guimarães

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com um Número Único

509 584 888

Capital Social

Capital Social de 182.827,00 Euros em 182.827 acções de valor nominal de 1,00 Euro

Accionistas

Câmara Municipal de Guimarães: 182.827 acções

Organograma



 em regime de prestação de serviços

Missão, Visão e Valores

A **VITRUS** tem como missão a recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, a limpeza de instalações e espaços públicos e a promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, estabelecendo o serviço público de qualidade como referência e tomando como base orientadora os princípios básicos da gestão: elevada eficácia e eficiência.

Pretendemos ser uma organização de referência local e nacional nas áreas onde actuamos e ambicionamos ser reconhecidos pela nossa capacidade de adaptação às constantes mudanças.

A **VITRUS AMBIENTE, EM, SA** assenta toda a sua acção nos seguintes valores:

VERACIDADE – as acções e decisões serem sempre exactas e verdadeiras;

INOVACAO – com a intenção de criar valor onde actua e no que faz;

TRANSPARENCIA – ligação clara e inequívoca na relação com os *stakeholders*;

RESPONSABILIDADE – assumir as funções e as implicações das respectivas acções;

UTILIDADE - sentir que as funções que desempenha são importantes e imprescindíveis;

SUSTENTABILIDADE – priorizar as necessidades em função dos recursos disponíveis;

Acção Estratégica

No exercício das suas funções, a **VITRUS** pretende obter elevados níveis de eficácia e eficiência, melhorando continuamente o seu desempenho de forma a alcançar a satisfação plena do seu accionista, clientes, fornecedores, colaboradores e demais interessados.

Assente nos valores, queremos assumir e demonstrar o importante papel que a nossa actividade representa no desenvolvimento local e na melhor qualidade de vida que proporciona aos munícipes do nosso concelho.

Em todas as acções a levar à prática, a **VITRUS** pauta, sempre, o seu trabalho com um grande sentido de responsabilidade, exigência e rigor, tornando assim o seu crescimento sustentado e alicerçado em premissas sólidas e perenes.

2. ÁREAS E EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE

No ano de 2012 a **VITRUS** incidiu o seu trabalho em duas grandes unidades de negócios, as quais se desdobram nos seguintes serviços de interesse geral:

- I) **Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública:**
 - **Recolha e transporte a destino final de RSU's;**
 - **Limpeza de instalações e espaços públicos.**

- II) **Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Urbano:**
 - **Parques Públicos;**
 - **Zonas de Estacionamento de Duração Limitada [ZEDL].**

I) GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA

- **RECOLHA E TRANSPORTE DE RSU'S**

Nesta vertente de negócio continuamos a desenvolver esforços de forma a ter um serviço capaz, tendo como preocupação máxima a satisfação da população abrangida por este serviço, visando para o efeito todas as condições de salubridade públicas implícitas.

Este trabalho tem sido executado com viaturas apropriadas e devidamente equipadas para o efeito, durante seis dias da semana [de segunda-feira a sábado], em dois turnos de trabalho.

Acresce ainda, como complemento deste serviço, o serviço de lavagem, desinfecção e desodorização da rede de contentores instalados, executado, também, por uma viatura devidamente equipada para o efeito.

Conforme estabelecido, é da responsabilidade da **VITRUS** a aquisição e instalação de novos contentores, sendo a localização dos mesmos informada pelos respectivos serviços da Câmara Municipal de Guimarães.

No início do ano o número de contentores em profundidade existentes no concelho de Guimarães era de 238 e no decurso do ano foram instalados 40 novos contentores espalhados por vários locais, estando neste momento a sua recolha a ser efectuada em pleno. Esta instalação implicou um investimento de cerca de 150.000,00 Euros.

Com este acréscimo de contentores, resultou, relativamente a 2011, um aumento de cerca de 7% na recolha de resíduos por nós efectuada.

É nossa intenção continuar a levar à prática este trabalho de colocação de novos contentores, bem como requalificar os já existentes, dando uma imagem digna aos equipamentos de armazenamento de resíduos.

Pretendemos, também nesta área, dotar as viaturas de recolha e transporte com soluções tecnológicas que nos permitam obter informações rigorosas e fiáveis, que resultarão numa maior eficácia na tomada de decisões e elevada eficiência no trabalho a executar.

Este serviço representa cerca de 42% do volume de facturação da Empresa.

• **LIMPEZA DE INSTALAÇÕES E ESPAÇOS PÚBLICOS**

Nesta área de intervenção, podemos considerar que 2012 foi um ano positivo, dado que continuamos a manter todo o serviço que tínhamos.

Continuamos com a mesma atitude, empenho e profissionalismo, para desta forma merecer toda a confiança dos nossos clientes.

Por se tratar de um serviço de grande importância e interesse, continuaremos a dar-lhe a importância que merece, pois trata-se de instalações de uso público, utilizando de forma massiva, o que traduz grande exigência e permanência.

Este serviço é desenvolvido por equipas constituídas em número suficiente e adequado aos locais, sendo contemplado todo o equipamento necessário para o desempenho das tarefas inerentes. Neste momento contamos já com quinze [15] colaboradores afectos a este serviço.

Futuramente, nesta área, procuraremos novos serviços por forma a ganhar dimensão e estudaremos novas e melhores soluções de execução do serviço, quer através de equipamentos, quer através de novos métodos e técnicas de trabalho, com objectivo principal de satisfazer os nossos clientes e utilizadores das instalações em causa.

Este serviço representou cerca de 16% do volume de facturação da Empresa.

II) **PROMOÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO URBANO**

No dia 1 de Janeiro de 2012, a **VITRUS** assume, por delegação de competências do Município de Guimarães, a gestão e fiscalização do estacionamento público urbano, nomeadamente de três parques de estacionamento cobertos [Parque Condessa da Mumadona, Mercado Municipal e Central Estádio] e toda a Zona de Estacionamento de Duração Limitada [ZEDL's] actualmente regulamentada.

Neste contexto, a **VITRUS** demonstrou o seu interesse em aceitar o desafio e, desta forma, dar um contributo importante nesta área da mobilidade, numa altura em que a cidade de Guimarães teria a decorrer um evento de enorme importância e dimensão: GUIMARÃES 2012 – Capital Europeia da Cultura.

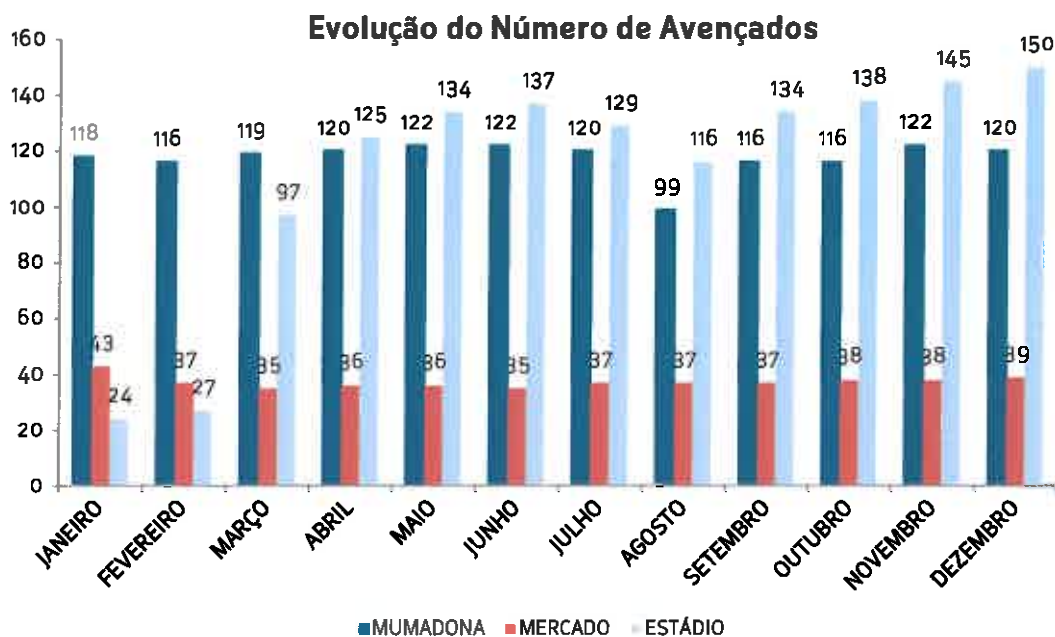
Cientes do grande desafio que este serviço representava para a empresa e para todos os seus colaboradores, impôs-se uma grande determinação e responsabilidade para que tudo fosse feito da melhor forma, assinalando assim uma postura positiva e uma verdadeira capacidade de trabalho.

▪ **PARQUES PÚBLICOS**

Nesta vertente do estacionamento público, iniciaram funções no primeiro dia de 2012 três colaboradores – dois no parque Condessa da Mumadona e um no parque Central Estádio.

Promovemos uma campanha de informação – através de um tríptico – junto da população, no sentido de alertar para o horário de funcionamento e tabela de preços praticados, por entendermos que existia um desconhecimento generalizado sobre este assunto.

Desta campanha importa registar o aumento significativo do número de avançados no parque Central Estádio [passou de 24 avançados no início do ano e terminou com 150]. Nos restantes, tendo em conta o tipo de utilizador dos parques e a sua localização, a variação não é muito significativa.



No que diz respeito ao número de entradas registadas nos parques, podemos verificar que os resultados assemelham-se aos anteriores. O número de entradas subiu ligeiramente nos parques da Mumadona e Mercado Municipal e no parque Central Estádio o número de entradas disparou para mais do dobro. A subida do número de entradas nos dois primeiros parques terá, também, como consequência mais directa o facto de 2012 ter sido visitada por muitos turistas aquando da Capital Europeia da Cultura [constatou-se que em períodos de realização de grandes espectáculos na cidade, a utilização dos parques esgotou a sua lotação] e no terceiro o aumento significativo do número de avençados.



Este serviço representou cerca de 12% do volume de facturação da Empresa.

▪ ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

No estacionamento de superfície, designado por zona de estacionamento de duração limitada [ZEDL], embora ficasse sob a nossa responsabilidade desde o dia 1 de Janeiro de 2012, houve necessidade de perceber a orgânica e funcionamento deste conceito.

Depois de uma primeira abordagem às necessidades, contratamos, em meados de Fevereiro, seis colaboradores para assegurarem a fiscalização das zonas definidas pela Câmara Municipal e para fazer cumprir o regulamento municipal criado para a efeito.

Escolhemos uma solução informática que nos permitisse gerir todo o processo contraordenacional que esta nova tarefa exige, ou seja, uma solução integrada de gestão dos avisos de pagamento – emitidos pelos agentes fiscalizadores – e de seguida a tramitação normal dos autos de contra-ordenação relativos aos infractores.

Os Avisos de Pagamento Prévio – como grande novidade do Regulamento Municipal das ZEDL – começaram a ser emitidos no final do mês de Abril. A partir deste momento, os Agentes de Fiscalização começaram a deixar um *ticket* no veículo dos infractores, possibilitando o pagamento voluntário de uma taxa, num período de 48 horas, caso contrário será aberto um processo de contra-ordenação.

No que diz respeito á recolha dos valores dos parcometros, definimos um calendário adequado às necessidades e estrutura que possuímos.

O modelo adoptado, positivamente reconhecido por nós e pela maioria dos vimaranenses, possibilitou á **VITRUS** dar cumprimento ao regulamento estabelecido para o efeito e desta forma reorganizar o estacionamento tarifado de superfície na nossa cidade.

A taxa média de ocupação registada em 2011 foi de cerca de 17%. No ano de 2012 esta mesma média registou uma evolução para os 28%. Se considerarmos o valor apurado pelo pagamento dos avisos de pagamento prévio, passamos a ter uma média de cerca de 31% e se considerarmos aqueles que ainda não efectuaram o pagamento do aviso, este valor relativo será cerca de 34%.

O número de avisos de pagamento prévio considerados efectivos para pagamento, registou uma média mensal de cerca de 2390, ou seja, cerca de 12% do número total de estacionamentos de superfície disponíveis. A média mensal do pagamento destes avisos por parte dos condutores está na ordem dos 55%.

Tendo em conta que este novo serviço assumido pela **VITRUS** no início do ano foi uma total novidade para todos nós, entendemos que os resultados obtidos neste primeiro ano são positivos.

Com a experiência já adquirida e com os melhoramentos que vão sendo identificados no dia a dia no nosso trabalho, continuaremos a melhorar o serviço prestado a este nível – tendo em conta a satisfação da população em geral – dando assim o nosso contributo para que o estacionamento público e a sua rotatividade seja um bom exemplo daquilo que deve ser feito, para o bem de todos.

Este serviço representou cerca de 30% do volume de facturação da Empresa.

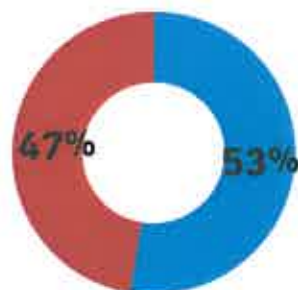
3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A **VITRUS** no exercício do ano de 2012 apresenta um resultado líquido do período no valor de 97.160,21 euros [noventa e sete mil, cento e sessenta euros e vinte e um cêntimos].

De salientar que a diferença entre os rendimentos e gastos operacionais é de 160.391,56 euros [cento e sessenta mil, trezentos e noventa e um euros e cinquenta e seis cêntimos], o que significa que a actividade corrente da empresa continua a gerar valor para fazer face aos seus compromissos.

RENDIMENTOS E GASTOS

A estrutura de rendimentos e gastos repartiu-se da forma como abaixo se apresenta:

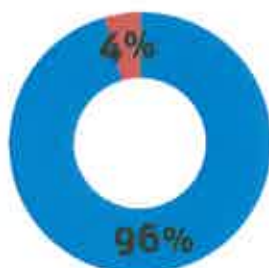


■ Rendimentos ■ Gastos

RENDIMENTOS

O valor de 1.398.742,94 Euros representa, na totalidade, o rendimento obtido durante o ano de 2012, fruto da prestação de serviços que é efectuada através áreas de actuação que a empresa detém [Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública e Promoção, Gestão e Fiscalização do Estacionamento Público Urbano].

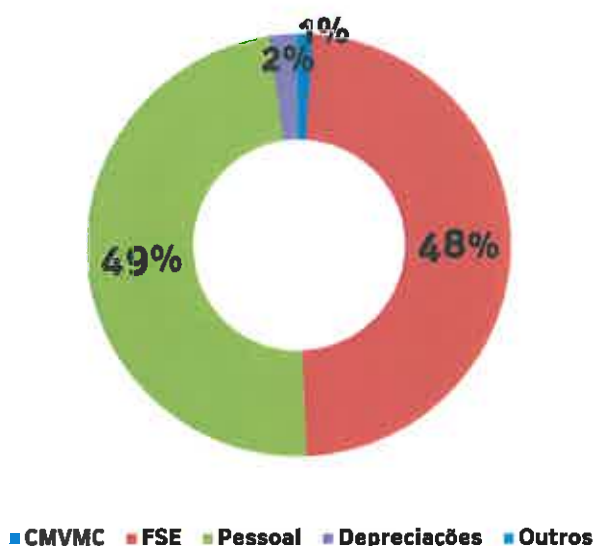
O valor relativo de 4% refere-se á cobrança dos avisos de pagamento prévio.



■ Prestação de Serviços ■ Outros

GASTOS

No que diz respeito aos gastos do exercício de 2012, o valor cifrou-se nos 1.264.682,28 e distribuiu-se em: **Pessoal** [611.706,40] com uma representação de 48,37%; **Fornecimento e Serviços Externos** [611.299,53 euros] que representaram 48,34% dos gastos totais; **Depreciações e Amortizações** [26.330,90 euros] o equivalente a 2,08% e como **Outros Gastos e Perdas** [2.986,06], com uma representatividade relativa de 0,24%.



Relativamente á execução orçamental, de notar que no lado da despesa houve um aumento de cerca de 13% em relação ao previsto, mas que foi compensado pelo desvio positivo do lado da receita, também de cerca de 13%. Embora esta diferença relativa seja a mesma, de registar que, em valor, conseguimos um saldo favorável que ronda os 20.000,00 Euros.

INVESTIMENTOS

O ano de 2012 pode ser já considerado para a VITRUS como um ano pleno funcionamento da sua actividade. Em matéria de investimento houve a necessidade de despendere de cerca de 155.000,00 euros [cento e cinquenta e cinco mil euros] para aquisição de contentores, equipamento administrativo e em obras no novo espaço afecto aos RSU's.

ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2012 não existiam dívidas em mora à Segurança Social, nem à Direcção Geral de Contribuições e Impostos.

INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Demonstra-se de seguida alguns indicadores económico-financeiros, que nos permitem verificar a “saúde” em que a empresa apresentou no ano em análise.

	2012	2011
Rentabilidade do Capital Próprio [ROE]	34 %	9%
Prazo Médio de Recebimento [Dias]	32	58
Prazo Médio de Pagamento [Dias]	47	127
Solvabilidade	82%	72%
Liquidez Geral	1	1

Tendo em conta a realidade e conjuntura que actualmente vivemos, podemos considerar estes indicadores são excelentes, dado que 2012 foi um ano particularmente difícil.

4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Os objectivos estratégicos da **VITRUS** para o ciclo actual, em todos os níveis em que actua, continuarão a nortear-se pela qualidade do serviço prestado e pela consolidação do investimento. Estes factores tornam a gestão sustentável a todo o nosso trabalho.

Em consonância com os objectivos gerais e linhas orientadoras pré-definidas, a gestão da **VITRUS** será sempre pautada e assente nos valores da empresa, sempre com a noção que o futuro será difícil, mas promissor se implementarmos procedimentos organizativos e de gestão que visem aumentar, continuamente, a eficácia e eficiência de todos os nossos actos.

Tentaremos, sempre que possível, dotar e colocar a empresa na “linha da frente” das soluções tecnológicas. Estas ferramentas são, nos dias de hoje, fundamentais para que possamos estar ao nível dos melhores e ao mesmo tempo tornarmos a nossa estrutura sempre actual e diferenciadora em relação aos outros.

Com um grande sentido de responsabilidade que decorre do actual contexto que atravessamos, não baixaremos os braços às dificuldades que surgirão, bem pelo contrário, tentaremos aproveitar os tempos difíceis para implementar soluções que permitam obter importantes vantagens competitivas que poderão ser fulcrais.

Desta forma, continuaremos a orientar a nossa gestão tendo como finalidade dar mais escala e sustentabilidade á Empresa e apostar na experiência, competência e capacidade dos seus colaboradores para encararmos o futuro da **VITRUS** com optimismo e confiança.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da Lei e dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da **VITRUS**, submete à apreciação da Assembleia Geral e propõe que seja aprovado o Relatório e Contas do Exercício de 2012, assim como a aplicação do Resultado Líquido do Período de **97.160,21 euros [noventa e sete mil, cento e sessenta euros e vinte e um cêntimos]**, da seguinte forma:

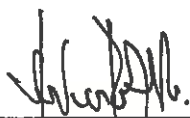
Reserva Legal [10%]	9.716,02 euros
------------------------------	-----------------------

Conforme art.º 295.º do CSC e art.º 34.º dos Estatutos da empresa

Resultados Transitados	87.444,19 euros
-------------------------------	------------------------

Guimarães, 4 de Março de 2013

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

6. BALANÇO EM 31-12-2012

Rubricas	Notas	2012	2011
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	296.304,88	168.371,14
Ativos Intangíveis	7	5.882,54	6.391,67
Subtotal		302.187,42	174.762,81
Ativo corrente			
Inventários		7.461,79	0,00
Clientes	11.1	144.861,18	123.802,91
Estado e outros entes públicos	12.1	0,00	31.402,94
Outras contas a receber	11.1	36.618,48	77,13
Diferimentos	13.2	7.853,26	6.936,95
Caixa e depósitos bancários	11.2	135.362,41	35.600,26
Subtotal		332.157,12	197.910,19
Total do Ativo		634.344,54	372.673,00
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital próprio			
Capital realizado	13.3	182.827,00	150.000,00
Reservas legais		1.461,62	0,00
Resultados transitados	13.3	3.972,17	-9.182,44
Subtotal		188.260,79	140.817,56
Resultado líquido do período		97.160,21	14.616,23
Total do Capital Próprio		285.421,00	155.433,79
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	8.993,09	14.547,06
Subtotal		8.993,09	14.547,06
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	97.898,05	103.031,35
Estado e outros entes públicos	13.1	72.291,90	10.195,37
Financiamentos obtidos		5.542,73	5.271,93
Outras contas a pagar	11.1	164.197,77	84.193,50
Subtotal		339.930,45	202.692,15
Total Passivo		348.923,54	217.239,21
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		634.344,54	372.673,00

O Técnico Oficial de Contas


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31-12-2012

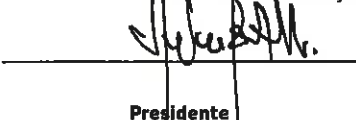
Rendimentos e Gastos	Notas	2012	2011
Vendas e serviços prestados	9	1.336.884,38	642.039,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-12.359,39	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-611.299,53	-243.043,98
Gastos com pessoal	12	-611.706,40	-363.327,12
Outros rendimentos e ganhos		61.858,56	21,62
Outros gastos e perdas		-2.986,06	-1.546,71
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		160.391,55	34.043,31
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5/5/7	-26.330,90	-17.327,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		134.060,65	16.716,02
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		134.060,65	16.716,02
Impostos sobre o rendimento do período	10	-36.900,45	-2.099,79
Resultado líquido do período		97.160,21	14.616,23

O Técnico Oficial de Contas



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

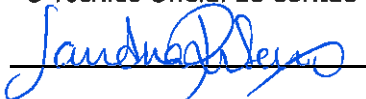


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

8. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31-12-2012

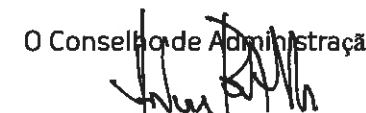
Rubricas	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		1.510.998,47	714.806,94
Pagamentos a Fornecedores		-743.374,23	-255.083,81
Pagamentos ao Pessoal		-526.436,58	-348.021,30
Caixa geradas pelas operações		241.187,66	111.701,83
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-5.046,59	-11,40
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		-53.768,06	-1.644,15
Fluxos das actividades operacionais (1)		182.373,01	110.046,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-73.816,73	124.964,34
Ativos fixos intangíveis		-1.239,84	-7.960,56
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0,00	0,72
Fluxos das actividades de investimento (2)		-75.056,57	-132.924,18
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-6.513,56	-9.293,00
Juros e gastos similares		-1.130,73	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-7.644,29	-9.293,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		99.672,15	-32.170,90
Caixa e seus equivalentes no início do período		35.690,26	67.861,16
Caixa e seus equivalentes no fim do período		135.362,41	35.690,26

O Técnico Oficial de Contas



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto

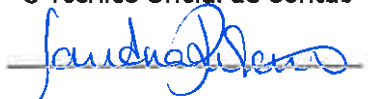


Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

9. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO EM 31-12-2012

Descrição	Capital realiza do	Reservas legais	Resultados transitados	Outras va riações	Resultado líquido do período	Total CP
Posição 1 de Janeiro 2011	150.000,00	0,00	0,00	0,00	-9.182,44	140.817,56
Alterações no período	0,00	0,00	-9.182,44	0,00	9.182,44	0,00
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	0,00	-9.182,44	0,00	9.182,44	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	14.616,23	14.616,23
Posição 31 Dezembro 2011	150.000,00	0,00	-9.182,44	0,00	14.616,23	155.433,79
Posição 1 de Janeiro 2012	150.000,00	0,00	-9.182,44	0,00	14.616,23	155.433,79
Alterações no período	0,00	1.461,62	13.154,61	0,00	-14.616,23	0,00
Outras alterações reconhecidas no CP	0,00	1.461,62	13.154,61	0,00	-14.616,23	0,00
Resultado líquido do período	0,00	0,00	0,00	0,00	97.160,21	97.160,21
Operações com detentores de capital	32.827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.827,00
Realizações de capital	32.827,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.827,00
Posição 31 Dezembro 2012	182.827,00	1.461,62	3.972,17	0,00	97.160,21	285.421,00

O Técnico Oficial de Contas

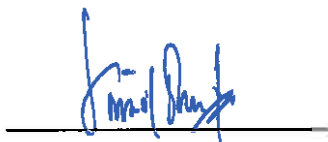


Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

10. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31-12-2012

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 - Designação

Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A.

1.2 - Sede

Praça Colónia de Sacramento n.º 196, Costa, 4810-556 Guimarães.

1.3 - NIPC

509 584 888

1.4 - Natureza da atividade e enquadramento jurídico-legal

A Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, S.A., adiante designada por Vitrus, é uma Empresa Local de âmbito municipal, sob a forma jurídica de sociedade anónima, ao abrigo do novo regime jurídico do setor empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Foi constituída por escritura pública outorgada no dia 8 de setembro de 2010, na Notariado Privativo da Câmara Municipal de Guimarães tendo iniciado sua atividade no dia 1 de Outubro do mesmo ano.

A entidade tem por objecto social mediante delegação de competências da Câmara Municipal de Guimarães, as seguintes atividades de interesse geral:

1. Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza Pública:
 - Recolha e transporte de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) a destino final;
 - Limpeza de instalações e espaços públicos.
2. Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano:
 - Parques públicos;
 - Zona de Estacionamento de Duração Limitada (ZEDL).

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas no quadro do SNC - Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 julho, de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas, respectivamente, nos Avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009, de 27 agosto (publicados em 07 Setembro), e estão de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias 986/2009, de 07 setembro, e 1011/2009, de 09 setembro.

2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Vitrus, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das depreciações. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Fixo Tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 10 e 15 anos
Equipamento administrativo	entre 5 e 10 anos
Equipamento básico	entre 5 e 8 anos
Equipamento de transporte	entre 1 e 10 anos
Outros AFT	8 anos

ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com as NCRF deduzido das amortizações. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo Intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	6 anos
Programa Antivírus	3 anos

INVENTÁRIOS

As matérias de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;

- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de IRC = Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa normal de 25%, sendo a Derrama municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 2,5% do excedente do lucro tributável em € 2.000.000.

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é apurado pelo lucro tributável, o qual se baseia no lucro do exercício e em algumas variações em rubricas do capital próprio. O lucro tributável difere ainda do resultado contabilístico uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios (diferenças temporárias). O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis (diferenças permanentes).

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respectiva base de tributação, sendo mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato e a forma como as consequências fiscais se irão reflectir.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. São ainda reconhecidos créditos fiscais por reporte de prejuízos (equiparados a activos por imposto diferidos). Porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos, e de que a diferença temporária se reverte num futuro previsível. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto se não houver perspectiva concreta que os mesmos venham a ser liquidados no futuro.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade e as dívidas de «outros terceiros» ao custo. As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração da Vitrus.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

3.2 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Vitrus.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após essa data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materialmente relevantes.

4 - FLUXOS DE CAIXA

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados da seguinte forma a 31 de dezembro de 2012:

Descrição	Conta	Montante
Caixa	11	81.479,51
Depósitos à ordem	12	53.882,90
Total Meios Financeiros Líquidos		135.362,41

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.
- As depreciações foram efectuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

Descrição	31-12-2011	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2012
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios e outras construções	25.205,92	0,00				25.205,92
Equipamento básico	40.112,22	135.767,01				175.879,23
Equipamento de transporte	105.835,68	0,00		1.750,00		104.085,68
Equipamento administrativo	12.692,47	15.020,80				27.713,27
Outros ativos fixos tangíveis	924,00	862,37				1.786,37
AFT em curso	0,00	1.097,33				1.097,33
Ativo Fixo Tangível Bruto	184.770,29	152.747,51	0,00	1.750,00	0,00	335.767,80
Depreciações	16.399,15	24.813,77		1.750,00		39.462,92
Depreciações Acumuladas	16.399,15	24.813,77	0,00	1.750,00	0,00	39.462,92
Ativo tangível líquido	168.371,14	127.933,74	0,00	0,00	0,00	296.304,88

6 - LOCAÇÕES

Locações financeiras

- Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada ativo:

Ativo não corrente			
Ativo Fixo Tangível	Valor Aquisição	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido
Viatura ligeira mercadorias 51-LI-49	15.931,63	3.816,85	12.114,78
Viatura ligeira mercadorias 30-MN-96	10.578,46	1.322,28	9.256,18
Total	26.510,09	5.139,13	21.370,96

A depreciação dos bens em locação financeira incide sobre o valor de aquisição.

- Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2013	> 1 ano e = 5 anos	> 5 anos	Total
Santander Consumer Finance Contrato n.º 2011.006961.01	3.633,34	4.758,16	0,00	8.391,50
Cetelem Grupo BNP Paribas Contrato n.º 6001901	1.909,39	4.234,93	0,00	6.144,32
Total das locações financeiras	5.542,73	8.993,09	0,00	14.535,82

7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

- Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.
- As amortizações foram efectuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.
- Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

Descrição	31-12-2011	Adições	Revaloriz.	Abate	Transf.	31-12-2012
Ativos Intangíveis						
Programas de computador	7.666,50	1.008,00	0,00	0,00	0,00	8.674,50
Ativo Fixo Tangível Bruto	7.666,50	1.008,00	0,00	0,00	0,00	8.674,50
Amortizações	1.274,83	1.517,13	0,00	0,00	0,00	2.791,96
Amortizações Acumuladas	1.274,83	1.517,13	0,00	0,00	0,00	2.791,96
Ativo intangível líquido	6.391,67	-509,13	0,00	0,00	0,00	5.882,54

8 - INVENTÁRIOS

As matérias de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como fórmula de custeio.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2012			31-12-2011		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Inventários:						
Matérias de consumo	7.461,79	0,00	7.461,79	0,00	0,00	0,00
Total	7.461,79	0,00	7.461,79	0,00	0,00	0,00

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, detalham-se conforme segue:

Movimentos	31-12-2012	31-12-2011
	Mercadorias	Mercadorias
Saldo inicial	0,00	0,00
Compras	19.821,18	0,00
Saldo final	7.461,79	0,00
Gasto no exercício	12.359,39	0,00

9 - RÉDITO

Quantia de cada categoria de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rendimentos e Ganhos	31-12-2012	31-12-2011
Prestações de Serviços		
Recolha de RSU's	581.747,58	535.301,50
Limpezas	228.666,98	106.738,00
Recolha de Parques de Estacionamento	162.453,60	0,00
Recolha de Parcometros	364.016,22	0,00
Avisos Pagamentos Prévios de Parcometros	61.586,10	0,00
Total	1.398.470,48	642.039,50

10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na Demonstração dos Resultados do exercício findo pode ser detalhado como segue:

Descrição	31-12-2011	31-12-2011
Resultado antes imposto	134.060,66	16.716,02
Resultado antes imposto sujeito	134.060,66	16.716,02
Taxa Imposto	25,00%	12,50%
Imposto sobre rendimento*	36.900,45	2.099,79

*Inclui Tributação Autónoma

11 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

11.1 - Fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar/ pessoal

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de fornecedores/clientes/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativo						
Cientes	144.861,18	0,00	144.861,18	123.802,91	0,00	123.802,91
Outras contas a receber	36.618,48	0,00	36.618,48	77,13	0,00	77,13
Total do Ativo	181.479,56	0,00	181.479,56	123.880,04	0,00	123.880,04
Passivo						
Fornecedores	97.898,05	0,00	97.898,05	103.031,35	0,00	103.031,35
Outras contas a pagar	164.197,77	0,00	164.197,77	84.193,50	0,00	84.193,50
Total Passivo	262.095,82	0,00	262.095,82	187.224,85	0,00	187.224,85
Total Líquido	-80.616,16	0,00	-80.616,16	-63.344,81	0,00	-63.344,81

11.2 - Caixa e depósitos bancários Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

Rubricas	2012	2011
Caixa e depósitos bancários		
Ativo		
Caixa	81.479,51	658,13
Depósitos à ordem	53.882,90	35.032,13
Total	135.362,41	35.690,26

12 - BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com pessoal	31-12-2012	31-12-2011
Remuneração do membro do órgão social	29.342,00	38.451,45
Encargos s/ remun. do membro do órgão social	5.702,82	7.518,19
Remunerações do pessoal	412.050,90	242.878,94
Encargos sobre remunerações	84.395,83	50.562,40
Acréscimos remunerações a liquidar	16.761,82	10.186,13
Seguros de acidentes trabalho	15.301,91	7.969,18
Outros gastos	48.151,12	5.760,83
Total	611.706,40	363.327,12

A rubrica «outros gastos pessoal» inclui maioritariamente gastos com indumentária.

13 - OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de «Estado e Outros Entes Públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
IVA a Recuperar	0,00	0,00	0,00	8.805,91	0,00	8.805,91
IVA Reembolsos Pedidos	0,00	0,00	0,00	22.597,03	0,00	22.597,03
Total	0,00	0,00	0,00	31.402,94	0,00	31.402,94
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	33.950,33	0,00	33.950,33	2.099,59	0,00	2.099,59
Retenção de imposto sobre o rendimento	1.883,96	0,00	1.883,96	1.372,50	0,00	1.372,50
IVA a Pagar	24.363,82	0,00	24.363,82	0,00	0,00	0,00
Contribuições segurança social	12.093,79	0,00	12.093,79	6.723,28	0,00	6.723,28
Total	72.291,90	0,00	72.291,90	10.195,37	0,00	10.195,37

13.2 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Ativos						
Gastos a reconhecer						
Seguros	6.305,41	0,00	6.305,41	5.436,95	0,00	5.436,95
Renda	1.547,85	0,00	1.547,85	1.500,00	0,00	1.500,00
Total	7.853,26	0,00	7.853,26	6.936,95	0,00	6.936,95

13.3 - Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Capital Próprio apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2012	31-12-2011
Capital próprio		
Capital Realizado	182.827,00	150.000,00
Reservas Legais	1.461,62	
Resultados Transitados	3.972,17	-9.182,44
Resultado Líquido do Período	97.160,21	14.616,23
Total	285.421,00	155.433,79

13.4 - Pessoal

A 31 de dezembro de 2012 o número de colaboradores era de 52.

13.5 – Partes Relacionadas

a) Relacionamentos com a empresa-mãe

Empresa-mãe: Câmara Municipal de Guimarães

b) Remunerações do pessoal chave da gestão

Remuneração do conselho de administração: apenas o administrador executivo auferiu por parte da Vitrus remuneração mensal bruta no valor de 2.314,83 euros.

c) Transações e saldos pendentes entre partes relacionadas

i) Natureza do relacionamento – empresa mãe: foi celebrado um contrato de gestão entre o Município de Guimarães e a Vitrus, o qual rege o relacionamento entre as partes no âmbito da prestação dos serviços de interesse geral, cuja atividade assegura a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos onde se incluem os serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais, e a recolha de resíduos urbanos.

ii) Transações: a Vitrus prestou serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos e serviços de limpeza de espaços, instalações e edifícios públicos municipais durante o ano de 2012 à Câmara Municipal de Guimarães.

iii) Saldos pendentes: a rubrica “clientes” apresenta um Saldo Devedor no valor de 144.861,18€ dos quais 118.601,10€ correspondem ao somatório das faturas emitidas ao

Município respeitantes nos meses de novembro e dezembro referentes ao serviço de limpezas de espaços, instalações e edifícios públicos municipais.

14 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de março de 2013. No entanto os accionistas poderão, em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar alterações.

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários de revisão legal de contas faturados, durante o exercício de 2012, pela sociedade de Revisores Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, SROC Lda, ascenderam a 4.800 euros.

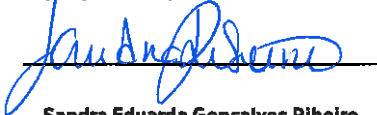
A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2012, a Empresa não efectuou transacções com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2012.

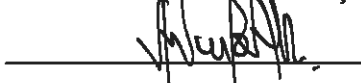
Guimarães, 4 de março de 2013

O Técnico Oficial de Contas



Sandra Eduarda Gonçalves Ribeiro

O Conselho de Administração



Presidente
Amadeu Artur Matos Portilha



Administrador Executivo
Daniel José da Silva Pinto



Administradora Não Executiva
Crisália Marcela Pereira Alves

11. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Ver documentos a seguir



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinamos as demonstrações financeiras de **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, EM.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, (que evidencia um total de 634 345 Euros e um total de capital próprio de 285 421 Euros, incluindo um resultado líquido de 97 160 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação de aplicabilidade do princípio da continuidade ; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

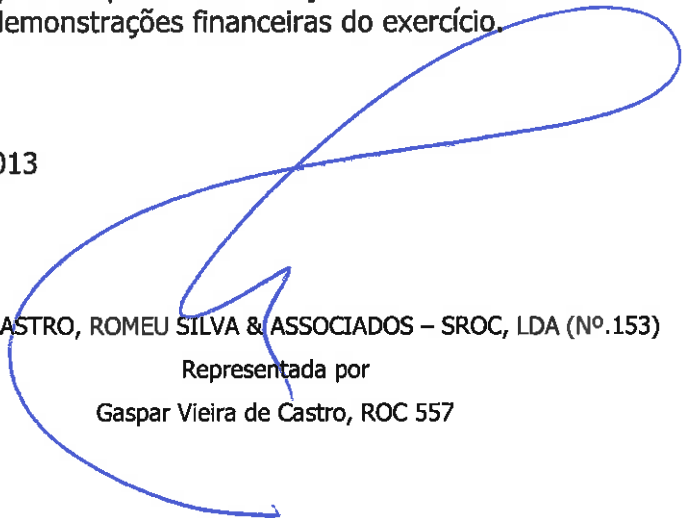
Opinião

- 7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **Vítrus Ambiente, Empresa Municipal, EM** em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Braga, 18 de Março de 2013



GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)
Representada por
Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

12. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ver documentos a seguir



Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados, S.R.O.C., Lda.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

EXERCÍCIO DE 2012

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **Vitrus Ambiente, Empresa Municipal, EM.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex^ª.s o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

2. Os procedimentos seguidos permitem-nos concluir que:

- a Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e reflectem a actividade da Sociedade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira;
- os actos da Administração que são do nosso conhecimento não colidem com a lei nem com os estatutos da sociedade;
- a informação contida no Relatório de Gestão está conforme com a situação financeira que a empresa deve prestar;
- a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, foi emitida sem reservas;

3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que:

- As Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração quanto ao exercício de 2012 merecem aprovação.
- A proposta de aplicação de resultados contida no referido Relatório de Gestão merece igualmente aprovação;
- A Assembleia Geral deve proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais

Braga, 18 de Março de 2013

GASPAR CASTRO, ROMEU SILVA & ASSOCIADOS – SROC, LDA (Nº.153)

Representada por

Gaspar Vieira de Castro, ROC 557

